

MINICURSO

A FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

GRATUITO COM
CERTIFICAÇÃO DE 9H



Jean Nunes

@professorjeannunes

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O MINICURSO

"A Fazenda Pública e o Processo Civil Brasileiro"

O Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) torna pública a abertura das inscrições para o **minicurso gratuito** intitulado "**A Fazenda Pública e o Processo Civil Brasileiro**", conforme as condições estabelecidas neste edital.

1. OBJETIVO GERAL

Capacitar os estudantes de Direito a compreenderem criticamente o regime jurídico-processual aplicável à Fazenda Pública em juízo, com ênfase nas prerrogativas, sujeições e nos principais institutos conexos, a partir da jurisprudência atualizada do STF e STJ e de uma perspectiva prática.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do minicurso, os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar e analisar as principais prerrogativas processuais da Fazenda Pública;
- Compreender as regras específicas de prescrição aplicáveis;
- Analisar hipóteses e particularidades da intervenção de terceiros;
- Compreender as etapas, instrumentos e controvérsias da execução fiscal;
- Dominar os aspectos fundamentais do contencioso previdenciário;
- Aplicar conhecimentos teóricos em casos práticos complexos e em questões no estilo ENADE/OAB.

3. PÚBLICO-ALVO

Estudantes regularmente matriculados no Curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a partir do 5º **período**.

4. CARGA HORÁRIA

12 horas (divididas em três encontros de 3 horas cada e mais 3 horas de atividades assíncronas).

5. EMENTA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENCONTRO 1 (4 HORAS): A FACE ESTATAL NO PROCESSO: PRERROGATIVAS E PRESCRIÇÃO

1. **O Estado em Juízo:** Conceito amplo de Fazenda Pública, representação judicial e capacidade processual.
2. **As Prerrogativas Processuais do Estado:**
 - Prazos processuais diferenciados: fundamentos, aplicabilidade e controvérsias (contagem, intimação eletrônica).
 - Remessa Necessária: hipóteses, dispensa, súmulas e jurisprudência atual (valor de alçada, Súmula 490-STJ).
 - Inaplicabilidade de certos efeitos da revelia e ônus da prova.
 - Juízo competente e prerrogativa de foro (Justiça Federal vs. Justiça Estadual, Varas especializadas).
 - Outras prerrogativas (citação, intimação pessoal, pagamento via precatório/RPV - introdução).
 - Análise crítica das prerrogativas e o princípio da isonomia processual.
3. **O Tempo contra o Estado:** Prescrição e Decadência
 - Prescrição quinquenal (Decreto nº 20.910/32) vs. Prazos do Código Civil.
 - Termo inicial, causas suspensivas e interruptivas específicas.
 - Prescrição intercorrente no processo administrativo e judicial (Lei 14.195/21 na execução fiscal).
 - Decadência em matéria tributária e administrativa.
 - Súmulas e teses de repercussão geral/recursos repetitivos (STF/STJ).
4. **Estudo de Caso Prático Complexo 1:** Análise e resolução de situação envolvendo prerrogativas e prescrição.

ENCONTRO 2 (4 HORAS): EXECUÇÃO FISCAL

1. **A Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80 - LEF) - Aspectos Introdutórios e Procedimentais:**

- A Dívida Ativa da Fazenda Pública: natureza jurídica (tributária e não tributária) e requisitos de validade.
- A Certidão de Dívida Ativa (CDA): presunção de certeza e liquidez, emenda e substituição.
- O Processo de Execução Fiscal: petição inicial, despacho de citação, arresto prévio.
- Formas de citação do devedor.
- Penhora e garantias do juízo: ordem de preferência, avaliação, impenhorabilidade.
- Mecanismos de defesa prévia à penhora.

2. A Defesa do Executado na Execução Fiscal:

- Exceção de Pré-Executividade (EPE): hipóteses de cabimento, matérias argüíveis e jurisprudência (Súmula 393-STJ).
 - Embargos à Execução Fiscal: prazo, garantia do juízo (relativização?), matérias de defesa.
 - Outros incidentes processuais (tutelas provisórias, recursos).
 - Prescrição e Decadência na Execução Fiscal: reconhecimento de ofício, prescrição intercorrente (Tema 566-STJ e alterações legislativas).
 - Redirecionamento da execução fiscal: requisitos, ônus da prova, jurisprudência sobre responsabilidade de sócios e administradores (Temas 962, 981-STJ).
- ## **3. Estudo de Caso Prático Complexo 2:** Análise e resolução de situação envolvendo intervenção de terceiros e início da execução fiscal.

ENCONTRO 3 (4 HORAS): DEFESAS NA EXECUÇÃO FISCAL E O CONTENCIOSO PREVIDENCIÁRIO

1 - O Mandado de Segurança como garantia fundamental (Art. 5º, LXIX e LXX, CF/88).

- Distinção de outras ações constitucionais (Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção).
- Evolução histórica e legislativa.
- Natureza jurídica: ação constitucional de rito sumário especial.

2 – Cabimento e Requisitos:

- Direito líquido e certo: conceito, prova pré-constituída e desafios probatórios.
- Ato de autoridade: coator, competência.
- Ilegalidade e abuso de poder.

- Mandado de Segurança Preventivo e Repressivo.
- Hipóteses de não cabimento (Súmulas do STF e STJ; art. 5º da Lei 12.016/09).

3 – Partes e Competência:

- Impetrante: pessoa física, jurídica, entes despersonalizados.
- Impetrado: autoridade coatora e pessoa jurídica interessada.
- Litisconsórcio.
- Ministério Público: intervenção (custos iuris).
- Regras de competência originária e recursal (Justiça Federal, Estadual, Tribunais).

4 – Processamento:

- Petição inicial: requisitos específicos.
- Medida liminar: requisitos (fumus boni iuris e periculum in mora), procedimento, possibilidade de suspensão.
- Notificação da autoridade coatora e ciência ao órgão de representação judicial.
- Informações.
- Sentença: natureza, efeitos (declaratórios, constitutivos, condenatórios – pecuniários limitados).
- Coisa julgada em Mandado de Segurança.

5 – Recursos e Cumprimento:

- Recursos cabíveis (apelação, recurso ordinário, recursos especial e extraordinário).
- Suspensão de segurança.
- Cumprimento da decisão.

6 – Mandado de Segurança Coletivo:

- Legitimidade ativa (partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe, associações).
- Direitos tuteláveis.
- Processamento e efeitos da decisão.

7 – Aspectos Controvertidos e Jurisprudência Relevante:

- Análise de casos práticos e julgados recentes do STF e STJ sobre temas polêmicos.

1. **Estudo de Caso Prático Complexo 3:** Análise e resolução de situação envolvendo defesa em execução fiscal ou mandado de segurança ou ambos.

2. Debate Final e Orientações para Aprofundamento.

Metodologia: Aulas expositivas dialogadas, com ênfase na análise da legislação pertinente e da jurisprudência atualizada do STF e do STJ. **Cada encontro incluirá a**

análise e resolução guiada de um caso prático de alta complexidade, simulando desafios reais da advocacia pública e privada. Serão utilizadas também questões objetivas/discursivas no formato ENADE e OAB. Estímulo ao debate e à participação ativa dos estudantes.

3. METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas, com ênfase na análise da legislação pertinente e da jurisprudência atualizada do STF e do STJ. **Cada encontro incluirá a análise e resolução guiada de um caso prático de alta complexidade**, simulando desafios reais das carreiras do Sistema de Justiça. Serão utilizadas também questões objetivas/discursivas no formato ENADE e OAB. Estímulo ao debate e à participação ativa dos estudantes.

4. MINISTRANTE

Msc. Jean Nunes. Defensor Público do Estado do Maranhão. Mestre em Políticas Públicas pela UFMA. Professor do Curso de Direito da UEMA. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Novos Caminhos”. Professor da Escola Superior da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura. Palestrante.

5. CRONOGRAMA

- **Datas dos Encontros:** presenciais: 16 e 23 de maio; 06 de junho;
- **Atividades assíncronas:** 09/05 e 30/05;
- **Horário:** 7h30min às 10h50min.
- **Local/Plataforma:** será criado específico no Whatsapp para discussão dos temas e soluções de dúvidas.

ATIVIDADES PROGRAMADAS	09/05	16/05	23/05	30/05	06/06
Atividades assíncronas	X			X	
Encontros presenciais		X	X		X

6. INSCRIÇÕES

- **Período:** Até 08/05 (quinta-feira).
- **Forma de inscrição:** Exclusivamente via formulário eletrônico, por meio do link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfv3YF_oLUic3nYu7eXRA9I2UMtrOut1mfPNAHaXW1W1Wlw4g/viewform.
- **Vagas:** 20 (vinte) vagas.
- **Critério de seleção:** ordem de inscrição.

Obs.: Haverá lista de cadastro de reserva.

7. CERTIFICAÇÃO

Os participantes que obtiverem **frequência mínima de 75%** e participarem ativamente das atividades propostas receberão **certificado de 12 horas/aula** emitido pela UEMA.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Curso de Direito em conjunto com o ministrante do minicurso.

Dúvidas e informações adicionais poderão ser solicitadas via e-mail institucional: [Inserir e-mail de contato].

São Luís, 07 de maio de 2025.

Realização: Curso de Direito da UEMA.